

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE/CIF

No dia trinta de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e cinco minutos, em modelo híbrido, com sede presencial no Hotel Providência, situado à Rua Dom Silvério, 233, no município de Mariana/MG e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita** da **56ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov.), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Dos participantes, registro: Agnis Marciano de Souza (SMS/Linhares/ES), Alessandra Maria de Oliveira (Comissão de Atingidos de Belo Oriente/MG), Alice Rodrigues de Matos (SMS Governador Valadares/MG), Aline Lima Azevedo (Ministério da Saúde), Antônio Áureo do Carmo (Comissão de Atingidos de Rio Doce/MG), Carlos Eduardo Silva (Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova/MG), Cássia Conti (SMS Aracruz/ES), Clara de Oliveira Lazzarotti Diniz (Secretaria de Estado de Saúde/MG- CT-Saúde), Clycia Almeida (Flacso), Conceição de Pádua Alves (Comissão de Atingidos de São Domingos do Prata/MG), Cristiana (Comissão de atingidos de Pedra Corrida/Periquito/MG), Cristiane Rosa de Lima Almeida (Comissão de Atingidos), Cristiany Pietro C. Porto (SESA/ES), Danilo Bento das Dores (SMS de Mariana/MG), Danilo Santos (Fundo Brasil), Eder José da Silva (Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano/MG), Eduardo (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Fernanda Gomide Viegas (Monitoramento Hídrico/Fundação Renova), Fernanda Santos Pereira (SES/MG), Francisco Leopoldo Lemos (SRS/Belo Horizonte/MG), Ian Sarger (Comitê Pro Rio Doce de MG), Ivan Ferreira Brum (SMS/Resplendor/MG), Janaína Fonseca (SMS Mariana/MG), Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde), Jéssica H (SES), Joéci Benedita Lopes Miranda (Comissão de Atingidos Aracruz/ES), Joice Rodrigues da Cunha (SES/MG), Juliana Bedoya (Fundação Renova), Juliana Moreira Zebral (Fundação Renova), Kleber Rangel Silva (Ministério da Saúde), Larissa Souza de Oliveira (SMS Mariana/MG), Luciene Costa Zorzal (SETADES/ES), Luciene dos Santos Pereira, Ludmila Gonçalves Gomes (SMS Mariana/MG), Luiz Fernando Prado de Miranda (SES/MG), Marcelo (EY)

Mateus Vinícius Costa (Coordenador de Vigilância Ambiental/ SES/MG), Micheline (Conselho Municipal de Saúde Colatina/ES), Paula Cambraia de Mendonça Viana (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves De Souza (Fundação Renova), Priscila Alves Vieira (SES/MG), Roberto da Costa Laperriere (SESA/ES), Rodolfo Rodrigues (INTERAGIR/ FR), Rodrigo de Souza Leite (SMS Rio Doce/MG), , Olyverson Lyra Porto (Fundação Renova), Sandra Gnochí (SMS e Comissão de atingidos de Aracruz/ES), Sandra P.S. Gnochí (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Simone Silva (Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG), Sofya Silva (Comissão de Atingidos), Telma (TEO) Pereira da Silva (Pescador / Comissão de Atingidos de Linhares/ES), Thiago Alex Paiva (Flacso), Valquíria da Costa Seleguini (SRSC/ESA/Colatina/ES), Vitor M. Teixeira dos Santos (SMS de Naque/MG), Wenner Shaday Tavares (SES/MG).

Reunião Ordinária - Restrita

Pauta	Discussão
-------	-----------

<p>a) Apresentação dos presentes e da pauta</p>	<p>Verificado o quórum de instalação, o coordenador da CT-Saúde, o sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, cumprimentou os participantes e fez uma rodada de apresentação. Mencionou a importância da realização desta reunião no município de Mariana para lembrar o desastre, marco na história do município e de todo o Brasil. Após a leitura da pauta, o coordenador informou a necessidade de uma inversão da pauta, colocando a discussão do PG14 antes da apresentação dos outros GTs, o que foi aprovado por todos. Sugeriu acordos para o bom desenvolvimento da reunião. Em sequência, o sr. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, deu prosseguimento aos trabalhos como detalhado a seguir:</p>
<p>b) Atualização de membros</p>	<p>O coordenador da CT Saúde solicitou que a secretária da CT Saúde conduzisse os próximos itens da pauta: Clycia Ferreira (Flacso) informou que o município de Belo Oriente indicou o sr. Ranieri Matineli para ocupar a vaga da sra. Canuta Sales. A SES/ES indicou Cristiany Pietro para membro titular. O Ministério da Saúde atualizou suas indicações: titulares e suplentes: Thaís Cavendich e Iara Ervilha; Thaís Mota e Thamires Medeiros; Sérgio Rossi e Jaqueline Francischetti; Flávia Nogueira e Aline Azevedo; Kleber Rangel e Rodrigo Oliveira. Atingidos do ES: Joéci Lopes como suplente de Jadilson Gomes.</p>
<p>c) Aprovação das atas da 53ª, 54ª, 55ª RO da CT-Saúde</p>	<p>O secretariado informou que a Fundação Renova enviou considerações na minuta de ata da 53ª que serão avaliadas e a ata apresentada para aprovação na reunião pública. As atas da 54ª e 55ª RO serão apresentadas na próxima reunião.</p>
<p>d) Calendário CT-Saúde 2023</p>	<p>O secretariado apresentou a proposta de calendário para o ano de 2023: Realização de seis reuniões em municípios e duas reuniões em cada capital, de forma alternada. Foram feitos alinhamentos, ajustes e o calendário da CT Saúde 2023 foi aprovado.</p>
<p>Encaminhamento E56.01</p>	<p>O calendário CT Saúde 2023 foi aprovado e será encaminhado à Secex para publicação na página do CIF/IBAMA</p>
<p>e) Informe da 64ª Reunião Ordinária do CIF</p>	<p>Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, convidou Roberto Laperriere, coordenador do GT Estudos, para que desse os informes: Roberto Laperriere informou que foram apresentados na 64ª RO do CIF os planos de ação em saúde de Aimorés, Santa Cruz do Escalvado, Raul Soares, Linhares. O Plano de Ação em Saúde de Aimorés foi aprovado com ressalvas quanto ao caráter reparatório do Plano e esta solicitação de revisão foi endereçada ao município, que já enviou o plano ajustado à CT. O Plano de Ação em Saúde de Santa Cruz do Escalvado foi aprovado com ressalvas, e adequações foram solicitadas ao município. O Plano atualizado foi enviado à Fundação Renova, que já se manifestou, e o plano já foi reenviado ao CIF. O Plano de Ação em Saúde de Raul Soares foi revisto e enviado à Fundação Renova para considerações. O município absorveu e já encaminhou para o CIF. Será pauta na próxima RO do CIF. Plano de Ação em Saúde de Sooretama, foi aprovado com ressalva, a CT está aguardando nova versão e definição do município quanto à proposição de construção de uma segunda UBS. A CT informará ao CIF a definição do município e encaminhará</p>

o plano revisado. Para o Plano de Ação em Saúde de Linhares foi solicitado revisão dos valores. A versão atualizada do plano já foi encaminhada à CT. Clara Diniz, representante da SES/MG, relatou que os valores dos planos de Linhares foram comparados pelo CIF aos custos do plano de Mariana, homologado judicialmente. Outra preocupação apontada pelo CIF foi quanto à manutenção das ações após a interrupção do financiamento pela fundação Renova. Outra questão foi a judicialização dos planos. O CIF sugeriu que os planos sejam mais robustos juridicamente, para terem mais chances de aprovação nas decisões judiciais. Marilene Romão, representante da SMS de Mariana, mencionou que o CIF apontou, ainda, a proporção de habitantes atingidos em cada município. Danilo Bento, representante da Prefeitura Municipal de Mariana, considerou necessário atentar ao orçamento geral do município e da SMS, dos investimentos e custeio, e sugeriu explicitar as revisões e prazos, pois, a preocupação deve ser com o custeio de manutenção das ações. Teo Pereira, representante do Conselho Municipal de Saúde de Linhares/ES, perguntou se os recursos previstos no Plano foram repassados para o município. O Coordenador da CT Saúde informou que o plano ainda está em avaliação e não está em execução, de forma que os recursos só serão repassados após os procedimentos. Acrescentou que a Fundação Renova tem se recusado a executar os planos, já aprovados no CIF, judicializando-os e ainda não houve decisão judicial. Relatou que a CT tem conversado com o CIF para definir procedimentos judiciais para avançar com os planos. Teo Pereira considerou falta de sensibilidade das empresas com o sofrimento dos atingidos. Clara Diniz, representante da SES/MG, informou que, após revisão, o valor do plano de Linhares foi alterado de R\$224 milhões para R\$162 milhões, com a retirada das ações já contempladas em outros programas. Reforçou a necessidade de atentar às ações de investimento e custeio e sua proporção em relação aos recursos do município. Focar as ações na população atingida. Considerou que apresentar planos que sejam avaliados com tantas ressalvas fragilizam os planos e os municípios. Sugeriu que a CT seja, ainda, mais criteriosa no apoio à elaboração. Luiz Fernando Miranda informou que os planos de Rio Doce, Belo Oriente e de Mariana estão judicializados. A CT está buscando informações detalhadas, que justifiquem a judicialização, para se manifestar. Jóeci Lopes, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz, mencionou que a Fundação Renova desconsidera os levantamentos feitos nos municípios e aponta a falta de estudos para embasar os planos. Roberto Laperriere mencionou que na 64ª RO do CIF foi pautado o descumprimento das Deliberações 582, 598, 599 que tratam dos planos de Bugre, Aracruz e Rio Casca. O CIF acatou a notificação de descumprimento e aplicação de multa. Reforçou a necessidade de ampliar a discussão da nomenclatura para planos de reparação em saúde, o que elevaria os valores das multas aplicáveis. Luiz Fernando chamou atenção para o fato de que os planos são responsabilidade conjunta da CT e municípios, de forma que ao apresentar os planos ao CIF eles devem estar bem ajustados. Cristiany Pietro, representante da SESA/ES, sugeriu avaliação minuciosa de cada plano. Carlos

	Eduardo relatou que em Ponte Nova trabalham para envolver todos os setores na elaboração dos planos.
f) Nota Técnica no 76/2022– Despacho no 14058842/2022- Cif/Gabin (Novas áreas atingidas)	Roberto Laperriere informou que a Nota Técnica 76/2022 foi elaborada em resposta ao Despacho 14058842/2022 do Cif/Gabin, solicitando estudos e discussões sobre as novas áreas atingidas, territórios do sul da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. A NT 76/2022 informou que a CT não possui estudos técnicos referentes às localidades mencionadas na Deliberação Cif 58/2017 e do sul da Bahia. Destacou os estudos técnicos reconhecidos e aprovados quanto aos municípios de Mariana, Barra Longa e Linhares. Indicou o hotsite com os resultados dos monitoramentos feitos pelo PMQACH https://www.saude.mg.gov.br/desastreriodoce .
g) Ofício 115/2022 - Despacho no 14061303/2022- Cif/Gabin (Análise e oferta de subsídios da integralidade da IAJ/AGU)	Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, informou que o Ofício 115/2022 responde aos questionamentos sobre as negativas e obstruções pela Fundação Renova e os consequentes prejuízos e atrasos causados aos trabalhos da CT Saúde, elencados por subprograma. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, mencionou a recusa da Fundação Renova em aceitar a ampliação do escopo do PG 14 ou do PMQACH. Clara Lazaroti, representante da SES/MG, apontou os diversos incidentes de divergência e judicializações dos programas da CT Saúde, situações que tem sido conversadas com a IAJ (NT 69), visando destravar a execução dos programas.
h) Ofício 116/2022 - Despacho no 14049214/2022- Cif/Gab	Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, apresentou o Ofício 116/2022, referente ao planejamento anual, exercício 2023, proposto pela Fundação Renova. Roberto apontou desconformidade da proposta com relação à Deliberação Cif 551/2022. Informou que o Ofício ressaltou os prazos de execução, a desconsideração dos planos de ação em saúde, ainda não implementados. Quanto ao projeto de apoio e fortalecimento do SUS coloca data prevista para finalização em 2026, desconsiderando o prazo de 10 anos previsto no TTAC. Ressaltou que o planejamento não considera nenhum indicador e meta para o PMQACH. Concluiu que o documento apresentado não atende ao que foi deliberado pelo sistema Cif, pois não leva em consideração as orientações técnicas proferidas pela CT Saúde e deliberações construídas ao longo do processo. Luis Fernando sugeriu reforçar algumas questões pendentes, na revisão do escopo do PG14.
j) Informe Reunião de Eixos Prioritários: Item 6 - Eixo Prioritário 6. Item 10.1 do Eixo Prioritário 2	Luis Fernando, coordenador da CT Saude, informou que em 16/11 foi realizada reunião para tratar sobre o estudo relacionado à segurança alimentar, especialmente da qualidade do pescado na bacia do Rio Doce. O estudo foi realizado por perícia judicial e apontou presença de contaminantes nos peixes da bacia do Rio Doce, na região dulcícola, marinha e estuarina. Foi elaborado parecer preliminar. O Ministério da Saúde constituiu GT para emitir manifestação técnica, feita através da NT 14/2022 do Ministério da Saúde. A NT apresenta considerações, incorporadas pela Deliberação Cif 627/2022, que contempla posicionamentos das diversas Câmaras Técnicas. A NT foi organizada nos tópicos: a) Nexos de causalidade – contaminação do pescado em diferentes

regiões, mas o estudo pericial aponta nexos com o rompimento da barragem apenas em algumas regiões. Posição do CIF quanto à comprovação da afirmação de inexistência de nexos de causalidade: sugeriu cautela com esta afirmação e solicitou revisão do estudo pericial. O Ministério da Saúde considerou o estudo pericial válido para a tomada de medidas na área da saúde, mas apontou a necessidade de revisão quanto à inexistência do nexos de causalidade. Indicou fazer estudos adicionais sobre outros alimentos além dos peixes. b) Comunicação de risco: Levar as informações às pessoas expostas ao risco, que consomem o peixe contaminado, para os territórios onde o nexos de causalidade se comprove. As empresas responsáveis devem aportar os recursos para essas ações. c) Segurança alimentar e nutricional: Peixe é fonte de proteína para as populações ribeirinhas, que precisa ser substituída por outra fonte de proteína. d) Monitoramento da saúde da população atingida: Definir protocolos para acompanhar clinicamente e laboratorialmente as condições de saúde da população exposta aos contaminantes, por 10 anos, e organizar linha de cuidado pelos diversos setores da saúde. e) Ações complementares: Solicitou-se ao CIF a continuidade da perícia. Kleber Rangel, representante do Ministério da Saúde, sugeriu definir encaminhamentos e fluxos para dar continuidade às ações em cada um dos tópicos. Jóeci Lopes, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz, informou que a comissão de Aracruz elaborou parecer sobre o laudo pericial, apontando as falhas, inclusive metodológicas. Avaliou que em toda a calha e os mariscos e peixes estão contaminados e não só em algumas regiões. Apontou a necessidade de conscientizar a população. Teo Pereira informou que em Linhares foram realizados, pela USP, exames da água e do solo, que apresentaram altos índices de contaminação. Acrescentou que as pessoas e peixes estão doentes, com feridas, câncer e morrendo com doenças relacionadas, no entanto, as ações de reparação em saúde não estão acontecendo. Luis Fernando mencionou a sobrecarga do SUS, sem apoio das empresas responsáveis pela contaminação. Sugeriu incorporar os resultados dos estudos nas ações de saúde do PG14; prever nos planos ações de segurança alimentar e nutricional por exemplo. Propôs que um dos grupos trate disso de forma aprofundada e subsidie os outros grupos de trabalho. Propôs, ainda, definir forma de atuação com os territórios onde o nexos de causalidade não foi afirmado, onde o estado e os municípios devem tratar das questões relacionadas ao rompimento. Discutir e planejar as ações com os atores do sistema CIF. Avaliou que a responsabilidade pela execução das ações onde o nexos foi comprovado é das empresas. As ações podem ser as mesmas, o que difere são os órgãos responsáveis conforme status do município. Aline Azevedo, representante do Ministério da Saúde, considerou que a posição do Ministério da Saúde e da Câmara Técnica de divergir dos resultados do estudo, deve ser coerente com a proposição de ações de reparação em todos os municípios da calha e não só nos municípios onde o nexos foi reconhecido. Ponderou que o estudo foi feito por demanda judicial externa à CT, não tendo sido monitorado pela Câmara. Avaliou que pautar ações, considerando

	os resultados desse estudo, pode ser incoerente. Luiz Fernando esclareceu que a proposta é compor um grupo com os diversos atores de todos os municípios e estados para discutir, planejar e apontar as ações reparatórias, independente da afirmação do nexos, indicando a responsabilidade de execução. Sugeriu que as discussões possam ser feitas no âmbito do GT Estudos, com a participação do Ministério da Saúde, SES, a atenção primária da saúde, e outros. Roberto Laperriere considerou que essas questões já estão em discussão pelo GT Estudos, no âmbito dos Eixos, especialmente no Eixo Prioritário 2. Avaliou que a discussão é técnica, mas também política e administrativa. Jóeci Lopes considerou que estas questões envolvem diversas Câmaras e sugeriu envolvê-las nos debates, para construções conjuntas. Luiz Fernando sugeriu consulta à Secex para definir os encaminhamentos e fazer alinhamentos internos do poder público. Clara Diniz pontuou que a deliberação CIF 627/2022 trata os tópicos de formas diferentes, sugerindo encaminhamentos distintos em cada um deles. Kleber Rangel sugeriu retomar o encaminhamento dado na reunião sobre os eixos prioritários e fazer alinhamentos internos. A CT Saúde precisa fazer leitura aprofundada da NT 14/2022 do Ministério da Saúde, verificando os encaminhamentos para cada tópico e definir as responsabilidades de efetivação. Inserir os temas nos planos de ação em saúde. Pautar a questão na próxima RO da CT Saúde, que será realizada em dezembro de 2022. Elaborar matriz com as propostas de ação recomendadas na NT 14/2022, apontando responsabilidades.
Encaminhamento E56.02	Retomar o encaminhamento dado na reunião de 16/11/2022, sobre os eixos prioritários
Encaminhamento E56.03	Elaborar matriz com as propostas de ação recomendadas por tópico na NT 14/2022, fazer alinhamentos internos com o poder público, definindo responsabilidades. Responsáveis por elaborar a minuta de matriz. Kleber, Micheline, Agnis, Teo, Wenner, Cristiany.
Encaminhamento E56.04	Consultar a Secex sobre as orientações do CIF para a condução das questões sobre o tema e seus desdobramentos.
Encaminhamento E56.05	Pautar o tema na Reunião Ordinária da CT Saúde de dezembro de 2022
Encaminhamento E56.06	Inserir os temas nos planos de ação em saúde.

2. Pauta dos GTs	
a) GT- Água:	
Pauta	Discussão
1. Considerações do Boletim Quadrimestral	Alice Rodrigues Matos, coordenadora do GT Água, apresentou as considerações do Boletim Quadrimestral PMQACH 01/2022 a 05/2022. a) Alteração do nome PMQACH – firmando como Projeto (Deliberação 551). b) Deliberação 513/2022 aprovando a Nota Técnica 54/2021. c) O PMQACH é colocado dentro do eixo de

<p>PMQACH 01/2022 a 05/2022</p>	<p>vigilância ambiental. d) Capacitação periódicas do PMQACH. e) Apresentar ao CIF justificativa do PMQACH ser parte da vigilância ambiental e, portanto, componente do PG14. f) Fazer alterações no texto, movendo e eliminando partes. g) Relatórios anuais e boletins quadrimestrais h) Diminuição na quantidade de pontos de 30 para 24. i) Mantida a frequência do monitoramento a cada 15 dias no período chuvoso e mensais no período seco.</p>
<p>Nova data RO dezembro/2022</p>	<p>Devido aos jogos da seleção brasileira, o coordenador da CT Saúde propôs alteração da data e formato da RO para os dias 15 e 16 de dezembro de 2022, em formato virtual o que foi acordado pela plenária.</p>
<p>2) Discussão e proposta para fazer uma reunião com as cidades que estão necessitando melhorias por parte do abastecimento de água</p>	<p>Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, relatou que os boletins quadrimestrais do PMQACH passaram a contemplar informações sobre as estações de tratamento de água que não captam água do Rio Doce e dos pontos sem tratamento. Apresentou o Ofício 118/2022, que objetiva apontar inconsistências identificadas, no âmbito do GT Água, nos Boletins do PMQACH. Em seguida Jaqueline Francischetti apresentou um dos boletins, seus links, itens analisados e resultados. Cássia Conti, representante da SMS e referência técnica do programa VIGIÁGUA em Aracruz, relatou que no início de setembro foram notificados da qualidade da água e informaram à SESAN e durante um período houve melhoria na qualidade da água. Na semana passada a água voltou a apresentar alterações e a SESAN foi acionada novamente. Informou que as coletas de amostragem de água são feitas mensalmente. Mencionou a necessidade de avaliar onexo causal. Considerou necessário apoio para fornecer água de mais qualidade à população. Jóeci Lopes relatou que a água suja nas torneiras só foi identificada a partir de 2015. Em seguida Jaqueline Francischetti apresentou o Ofício 119/2022, que trata de documentos encaminhados pela FR mencionando os pontos que completaram 24 coletas, as quais seriam encerradas por se tratarem se SAAE de abastecimento individual. Jaqueline Francischetti relatou que o GT Água disponibilizou espaço para discussão com os municípios onde a qualidade da água não está adequada, mas nenhum município compareceu. Para elaborar NT instrutiva é necessário fazer este diálogo. A abertura para participação dos atingidos e municípios será mantida. Será feito convite aos municípios e feita articulação com o Fundo Brasil. Jóeci Lopes informou que dia 03 de dezembro será realizado o X encontro de lideranças para falar da qualidade da água, e sugeriu apresentar a situação lá. Ivan Ferreira Brum, representante da SMS/Resplendor/MG, sugeriu fazer o convite via ETAS e Roberto Laperriere sugeriu a ARSP no ES. Micheline, representante do Conselho Municipal de Saúde Colatina/ES, sugeriu que o convite seja direcionado às secretarias de saúde. Alessandra de Oliveira, representante da Comissão de Atingidos de Belo Oriente/MG, relatou que a coleta de amostra da água para análise não é acompanhada pelos moradores, então não se sabe que a água analisada é a mesma fornecida à população, a qual apresenta cheiro forte e turbidez.</p>
<p>Encaminhamento E56.07</p>	<p>Convidar os atingidos para participar da Reunião do GT Água. Responsáveis: Alice, Jaqueline; Simone e Jóeci</p>

3) Nota Técnica instrutiva às SMS para melhorias do tratamento da água	A Nota Técnica instrutiva às SMS para melhorias do tratamento da água será elaborada pelo GT -Água com base nas questões apontadas pelos municípios e atingidos, em reunião que será realizada com todos.
---	---

2. Pauta dos GTs	
b) GT-Estudos:	
Pauta	Discussão
1) Capacitações realizadas pela Fundação Renova	Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT Estudos informou que a Nota Técnica sobre as capacitações realizadas pela Fundação Renova será apresentada na próxima RO.

2. Pauta dos GTs	
c) GT-Planejamento:	
Pauta	Discussão
1. Discussão sobre o formato de análise dos Planos de Ação em Saúde	Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, retomou os fluxos de elaboração dos planos de atenção em saúde. A NT 62 orienta que o plano deve ser apresentado à CT, avaliado pelo GT Planejamento, ajustado, apresentado em RO e elaborada NT recomendando a aprovação. Informou que tem 11 planos aprovados no CIF, dois que não foram aprovados, pois foram apresentados ressalvas em RO do CIF. Há três planos em análise na CT Saúde. São 48 municípios atingidos. O processo de elaboração e aprovação dos planos é trabalho conjunto com os municípios, estados e CT. Considerou necessário evoluir. Cristiany Pietro, representante da SESA/ES, ressaltou o empenho do GT na avaliação dos planos, que pode ser ampliado. Considerou que a avaliação deve ser da íntegra dos documentos e o plano para ser apresentado ao CIF deve ser aprovado pela CT na íntegra. Sugeriu maior envolvimento dos membros na elaboração das Notas Técnicas que devem ser assinadas por quem avaliou os planos. Atentar às diretrizes do TTAC. Enviar à Fundação Renova os planos atualizados. Clara Diniz, representante da SES/MG, mencionou a importância de esclarecer os municípios quanto ao caráter reparatório dos planos. Englobar as sugestões dos estudos já existentes. Considerou que a NT é avaliada nas ROs, então devem ser assinadas por todos. Sugeriu fazer apresentações padronizadas para apresentar os planos ao CIF. Marilene Romão, representante da SMS de Mariana, considerou difícil enviar à FR todas as devolutivas feitas aos municípios. Indicou que a meta é a aprovação dos planos sem ressalvas. Danilo Bento das Dores, representante da SMS de Mariana/MG, observou a necessidade de fazer trabalho mais técnico, tomando grades de referência, justificar e contextualizar as ações, distribuindo-as em atenção básica, especialidades e urgência.

Os municípios são responsáveis pela atenção básica. Rodrigo Leite, representante da SMS Rio Doce/MG, apontou a necessidade de atualização dos planos, pois há planos que foram elaborados há sete, oito anos e ainda estão sem execução. Considerou muito importante a participação das Comissões de Atingidos na elaboração dos planos, bem como a validação pelos conselhos municipais. Sugeriu distinguir as ações de custeio e investimento. Agnis Marciano de Souza, representante da SMS/Linhares/ES, considerou que o CIF avaliou o plano de Linhares de maneira rasa e o reprovou. Avaliou que os representantes dos municípios deveriam participar mais das reuniões e a CT deve orientar melhor a apresentação dos planos ao CIF. Aline Azevedo, representante do Ministério da Saúde, ressaltou a importância das avaliações dos planos. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, considerou necessário ampliar as apresentações dos municípios no GT e melhorar as avaliações dos planos. Clara Diniz, representante da SES/MG, indicou que a lógica de avaliação dos planos segue o modelo da NT 62. Avaliou que faltam subsídios ao GT para identificar os impactos. Cristiany Pietro considerou necessário atentar para proposições de ações que não estejam dentro de uma lógica factível. Rodrigo Leite avaliou importante trabalhar em rede, atentando para os níveis de atenção do SUS. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, mencionou a sobrecarga do GT e de todos os atores envolvidos na avaliação dos planos. Propôs revisão dos procedimentos de avaliação dos planos. Aline Azevedo, representante do Ministério da Saúde ressaltou que todos os planos serão judicializados e planos com ressalva podem prender o plano em questões que poderiam ter sido sanadas. Luiz Fernando considerou necessário aperfeiçoar a participação. Ponderou que os planos com ressalva, podem ser executados. Ressalvas com prazo para correção, precisam ser sanadas antes de enviar ao CIF. Propôs: adequar os planos no formato da NT 62; Fazer levantamento sobre os gastos anuais em saúde de cada município; Elaborar documento de orientações sobre formato de apresentação no CIF; Esclarecer os limites e responsabilidades da CT nas avaliações dos planos. Apontou que as ações devem estar vinculadas aos problemas e esta correlação quem faz é o município. Aline Azevedo sugeriu realização de seminários para orientar os municípios a elaboração dos planos. Kleber Rangel vai compor o GT Planejamento. Propõe investir mais em idas aos territórios e realização de oficinas produto. Sugeriu que o GT Planejamento prepare proposta de metodologia de oficinas na próxima reunião do GT. Roberto Laperriere sugeriu apresentação de proposta para realização de estudos para subsidiar a construção dos planos. Cristiany Pietro avaliou que a realização de novas oficinas pode não ser tão interessante, já que os planos já estão em elaboração. Sugeriu envolver as secretarias na elaboração. Clara Diniz sugeriu pautar essa questão na reunião do GT Planejamento.

2. Revisão do PG14:

a. Discussão sobre o Escopo (visão geral do programa)

Clara Diniz, coordenadora do GT Planejamento, apresentou o documento com a proposta de revisão do escopo do PG 14 e relatou que foi feita uma atualização de Deliberações e Notas Técnicas de referência. Acrescentou que o documento contemplou contextualização dos estudos já existentes. Clara Diniz apresentou as diversas modificações no texto, correções, inclusão de informações, tornando o texto mais abrangente. Reforçou que as cláusulas 108 e 109 do TTAC citam a

temporalidade indicando que o início da contagem do tempo de execução do plano de ação deve ser referenciada na assinatura do termo e as áreas nas quais o GT deve atuar. O prazo de execução dos estudos deve ser no mínimo de 10 anos. Quanto ao prazo de execução dos planos, deve ser por no mínimo 10 anos a contar do início da execução. Alterações nos indicadores: a) monitoramento deve ser feito através do programa e dos indicadores dos planos de ação. b) elaborar painel de monitoramento e emitir relatórios quadrimestrais. Observar interface com outros programas no atendimento. Cronograma das ações por subprograma. Cláusula 107 do TTAC foi concluída internamente, mas Barra Longa e Mariana pediram atualização dos planos, então é necessário reavaliar a conclusão da Cláusula 107. Por sugestão do coordenador da CT Saúde, foi modificado para Cláusula em andamento. As dúvidas foram esclarecidas e as sugestões de ajustes indicadas pelos participantes acolhidas.

Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT Estudos apresentou as alterações sugeridas para o documento de revisão do escopo do PG14 no subprograma 1: estudos epidemiológicos e toxicológicos previstos no TTAC, nas Cláusulas 111 e 112. Relatou que a CT saúde elaborou as bases mínimas (NT 11), aprovadas pela deliberação CIF 106. O CIF definiu, através da Deliberação 548, a criação de grupo de trabalho, conduzido pelo Ministério da Saúde, que já apresentou proposta, para indicar a forma de realização desses estudos. Informou que o GT foi constituído pela CT e está aguardando o ajuste da data de apresentação da proposta ao CIF. Em seguida Roberto Laperriere pontuou alguns itens no texto, sugerindo modificações. Luiz Fernando perguntou sobre a previsão de agenda da reunião sobre os eixos comunitários. Kleber Rangel informou que ainda não houve definição de agenda de nova reunião. Luiz Fernando questionou se não faz sentido incluir no PG 14 algo para a execução das recomendações dos estudos de avaliação de risco em Mariana, Barra Longa e Linhares, indicando a contratação de serviço técnico especializado. Sugeriu incluir como indicador a devolutiva do estudo em Linhares. Cristiany Pietro avaliou que incluir indicador será questionado pela Fundação Renova. Roberto Laperriere considerou que este indicador não cabe dentro do PG 14, a não ser que seja criado um indicador mais geral. Acrescentou que a questão da devolutiva está judicializada, dificultando a ação do CIF. Luiz Fernando reformulou a proposta de indicador: Realizar a devolutiva de todos os estudos do território. Clara Diniz sugeriu realizar as devolutivas dos estudos já aprovados pelo CIF. Luiz Fernando sugeriu incluir um indicador sobre a implementação das recomendações de saúde, com a observação de contratar serviço técnico especializado a partir dos achados dos estudos. Marilene Romão informou que em Mariana foi proposto a contratação de empresa. Roberto Laperriere sugeriu discutir a questão no GT Estudos. Clara Diniz relatou que as alterações mais significativas foram feitas nas ações. Incluiu a ação 4: Contratação de apoio e suporte técnico especializado. Incluiu: Articular com as assessorias técnicas e ou com as comissões de atingidos locais. Indicou que os

- b. Subprograma 1:**
Estudos Epidemiológicos e Toxicológicos
- c. Subprograma 2:**
Apoio e Fortalecimento ao SUS
- d. Subprograma 3:**
PMQACH

convites e apresentações devem ser enviados previamente à CT. A FR deve financiar as ações de capacitação. Ação 7: Desenvolver estratégias de apoio ao setor saúde nos territórios. Ação 8: Desenvolver ações emergenciais para possíveis áreas de risco, identificadas pelo município. 1. Número de planos municipais aprovados pelo CIF. 2. Número de planos municipais com a execução iniciada. Luiz Fernando agradeceu ao grupo que elaborou a minuta de escopo. Prazos: Finalizar a proposta até 07 de dezembro e enviar para a Fundação Renova. Aprovar na Reunião Ordinária da CT Saúde de 15 e 16 de dezembro. Apresentar a proposta na RO CIF de fevereiro de 2023.

3. Pronunciamento dos atingidos

Pauta	Discussão
Fala dos Atingidos	<p>O coordenador da CT Saúde abriu para as manifestações dos atingidos. Conceição Alves relatou que em São Domingos do Prata ninguém sabe nada do que tem acontecido. Mencionou que está preocupada em como repassar as informações e dar os encaminhamentos no município. Acrescentou que as tentativas de contato com os gestores municipais não foram muito animadoras. Pretende procurar o prefeito para dar início à elaboração do Plano de Ações em Saúde. Conceição Alves informou que no município apenas onze pessoas receberam indenização e a consciência da população quanto à essa condição é muito pequena. Relatou aumento de animais peçonhentos no município. Conceição foi informada que o plano de ação de São Domingos do Prata já foi elaborado e precisa ser revisado. Jóeci Lopes mencionou a demanda de realização de exames nas populações atingidas e perguntou se existe alguma decisão que determine a realização desses exames em Aracruz/ES. Luiz Fernando informou não haver programa em curso, deliberação e decisão judicial para esse monitoramento. Cristiana (Comissão de Atingidos de Periquito/Pedra Corrida), perguntou se o plano deve ser direcionado ao município ou ao distrito? Luiz Fernando informou que o plano deve atender à população atingida, em serviços disponíveis na sede ou nos distritos. Acrescentou que o município de Periquito já enviou o plano para a avaliação da CT. Cristiana informou que o município não consome água do Rio Doce, mas os moradores recebem indenização. Os habitantes do distrito consomem água do Rio doce e não receberam indenização. Luiz Fernando relatou que farão avaliação criteriosa se o plano está direcionado para as demandas das comunidades atingidas. Alessandra Maria de Oliveira (Comissão de Atingidos de Belo Oriente/MG), informou que em Belo Oriente ocorre a mesma situação com o distrito de Cachoeira Escura. Luiz Fernando orientou que procurem os gestores para avaliação dos respectivos planos. Micheline avaliou que em Colatina não se vê ação efetiva para enfrentar os danos causados pela lama. Luiz Fernando informou que o plano de ação em saúde de Colatina será avaliado na próxima reunião do GT Planejamento. Acrescentou que os planos devem, obrigatoriamente, serem avaliados pelos atingidos e pelo Conselho Municipal de Saúde.</p>

Registro que a reunião se encerrou às dezessete horas e vinte e cinco minutos do dia trinta mês de novembro de dois mil e vinte e dois.

No dia primeiro do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta e cinco minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, teve início **a parte pública** da **56ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Verificado o quórum de instalação, o coordenador, sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, cumprimentou a todos e, deu início aos trabalhos como detalhado a seguir:

Reunião Pública	
Pauta	Discussão
1) Apresentação da equipe da Fundação Renova e Convidados	Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, agradeceu a presença da Fundação Renova e fez uma rodada de apresentação e leitura da pauta. Ficou acordado que a Reunião Ordinária de Dezembro será realizada de forma virtual, nos dias 15 e 16/12/2022.
2) Atualização da lista de membros	O secretariado apresentou a atualização de membros conforme já descrito acima: o município de Belo Oriente indicou o sr. Ranieri Matineli para ocupar a vaga da sra. Canuta Sales. A SES/ES indicou Cristiany Pietro para membro titular. O Ministério da Saúde atualizou suas indicações: titulares e suplentes: Thaís Cavendich e Iara; Thaís Mota e Thamires Medeiros; Sérgio Rossi e Jaqueline; Flávia Nogueira e Aline; Kleber Rangel e Rodrigo. Atingidos do ES: Joéci Lopes como suplente de Jadilson Gomes titular.
3) Aprovação da ata da 53ª RO da CT Saúde	A ata da 53ª Reunião Ordinária da CT-Saúde foi aprovada sem considerações. Luiz Fernando se desculpou pela impossibilidade de aprovação das atas da 54ª e 55ª RO informou que serão apresentadas na próxima reunião.
Encaminhamento E56.08	Enviar a ata da 53ª Reunião Ordinária da CT-Saúde à Secex para publicação na página do CIF/IBAMA.
4) Calendário CT Saúde 2023	O secretariado informou que o calendário da CT Saúde 2023 foi aprovado na Reunião do dia 30/11/2022 com a previsão de realização de 12 reuniões ordinárias no formato híbrido, que serão realizadas virtual e presencialmente. Acrescentou que seis municípios serão locais de realização de RO: Aracruz, Governador Valadares, Linhares, Timóteo, Rio Doce, Mariana. Duas reuniões serão realizadas em Vitória, duas em Belo Horizonte e duas em Brasília. Informou que o calendário já foi encaminhado à Secex e demais interessados. Ivan Brum colocou o município de Resplendor disponível para receber as reuniões, caso haja alguma desistência. Luiz Fernando informou que os municípios de Colatina e Belo Oriente também manifestaram interesse em receber a reunião, e relatou que para cobertura das desistências e/ou a realização de

	<p>outros eventos da CT serão priorizados esses municípios. O custeio para realização de oficinas nos territórios ainda não está previsto no orçamento, a questão está em discussão. Danilo Bento das Dores (SMS de Mariana/MG), fez apelo à Fundação Renova para que apoie as oficinas visando a elaboração de planos de ação em saúde mais qualificados. Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova, considerou a forma de trabalho muito positiva, mas ainda não receberam a proposta dos GTs. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, avaliou necessário conversar mais para avançar no processo de reparação. Solicitou que a proposta de oficinas seja enviada à Fundação Renova. Luiz Fernando esclareceu que a solicitação foi feita no orçamento anual mas enviará diretamente. Paula Vieira, representante da Fundação Renova, considerou importante enviar detalhamento das oficinas para facilitar a aprovação.</p>
<p>5) Ofício 117/2022 da CT Saúde e agendas da Fundação Renova</p>	<p>Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT Estudos relatou que a pauta diz respeito ao ofício 117/2022 da CT Saúde e agendas da Fundação Renova nos territórios. Informou que a Câmara solicitou trazer as pautas das agendas para as reuniões ordinárias da CT. Clara Diniz mencionou alguns desencontros, atraso no envio dos links, dentre outros. Agnis Marciano de Souza (SMS/Linhares/ES), relatou sobre reunião agendada na qual a FR não compareceu. Paula Vieira, representante da Fundação Renova, se desculpou pelo comunicado de cancelamento da reunião não ter chegado a tempo. Quanto ao link enviado tardiamente, Paula Vieira relatou que houve falha no fluxo interno. Mencionou que a reunião prevista para ocorrer em Linhares teve que ser cancelada, devido a interrupções nas estradas. Foi realizada uma conversa de membros da CT com os atingidos. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, relatou que a reunião do dia 09 em Antônio Pereira não era pauta da CT Saúde, mas de direitos humanos e que comunicou que não compareceria. Paula Cambraia considerou que a Reunião em um distrito de Linhares foi um grande equívoco, um problema de comunicação. Informou que o Diálogo da Fundação Renova é quem agenda essas reuniões. Foi realizada uma conversa com os atingidos. Informou, ainda, que os links já foram disponibilizados e realizadas reuniões em diversas comunidades. Considerou difícil trazer todas essas reuniões para dentro da CT e que a Fundação Renova tem a prerrogativa de exercer contatos com as comunidades. Sugeriu fazer alinhamentos e ajustes no processo. Jóeci Lopes, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz, relatou que as reuniões são realizadas em Barra do Riacho, distante das outras comunidades. Acrescentou que a Comissão de Atingidos de Aracruz não tem recebido os convites e solicitou ser informada das reuniões. Juliana, representante da Fundação Renova, ressaltou que o objetivo da FR é o atendimento dos atingidos, a participação social e sempre estarão disponíveis para atender as solicitações de diálogo. Vão disponibilizar os links das reuniões. Clara Diniz, representante da SES/MG, apontou que no convite para a reunião de Antônio Pereira menciona o PG14 como programa relacionado à pauta. Teo Pereira, representante do CMS, perguntou a quem os convites são endereçados, pois não os tem recebido. Agnis Marciano de Souza (SMS/Linhares/ES)</p>

esclareceu que não conseguiu acompanhar as agendas, apesar de ter sido informada. Eduardo considerou que o convite mantinha as duas datas, o que o confundiu. Luiz Fernando Prado de Miranda, coordenador da CT Saúde, avaliou que esta questão poderia ser resolvida mais objetivamente e sem tanto desgaste, mas os equívocos tem sido recorrentes. Propôs definir soluções para enfrentar esses problemas relacionais e institucionais. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, relatou que os links são enviados para a CT Saúde. Ressaltou seu empenho em evitar que essas questões voltem a acontecer. Paula Vieira, representante da Fundação Renova, relatou que as comunidades demandam reuniões presenciais. Enviarão para a CT maior detalhamento das pautas. Juliana (FR) perguntou se a CT quer receber os convites das reuniões em comunidades não atingidas e informou que a articulação com os atingidos é feita pela CT Participação e Diálogo. Luiz Fernando avaliou que o detalhamento da pauta pode ajudar a dirimir algumas dúvidas. Relatou que a CT se compromete a abrir espaços para a interlocução da Fundação Renova com os atingidos nas reuniões da CT Saúde e perguntou como a Fundação Renova pode colaborar nesse processo, centralizando as discussões sobre saúde nas reuniões da CT para minimizar desgastes organizacionais. Danilo Bento, representante da SMS de Mariana, considerou interessante fazer as discussões na CT, para evitar discussões paralelas, mobilizando as comunidades para a participação na Câmara. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova vai levar a questão para o Diálogo da Fundação Renova, e manterão atendimento às demandas de reuniões dos atingidos nos territórios. Clara Diniz sugeriu conciliar as reuniões da CT nos territórios com as pautas da Fundação Renova para a região. Alessandra considerou que as reuniões nas comunidades são importantes. Juliana, representante da Fundação Renova, relatou que não possuem ingerência nas definições do Diálogo, que define as agendas. A Fundação é também convidada. Sugeriu intensificar a comunicação entre a CT e a Fundação Renova. Danilo Santos, representante do Fundo Brasil, sugeriu que as pautas sejam informadas ao Fundo Brasil, para que possa priorizar a participação dos atingidos interessados em cada temática.

6) Coleta de percepções e discussão conjunta com a Fundação Renova acerca do PG14 para sua revisão:

a. Discussão sobre o Escopo (visão geral do programa)

b. Subprograma 1: Estudos

Luiz Fernando Prado de Miranda, coordenador da CT Saúde, abriu para as manifestações da Fundação Renova sobre o PG 14. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova relatou que esta proposta de pauta não foi recebida com antecedência pela Fundação e solicitou que a pauta fosse transferida para uma próxima reunião. Marilene Romão solicitou que a pauta fosse mantida, para agilização dos processos. Paula Cambraia relatou que a Deliberação 551 foi aprovada, a FR não participou da discussão de proposição do escopo do programa. A Fundação Renova entrou com incidente de divergência no qual listou todos os pontos de dissenso para a Fundação. Luiz Fernando considerou que a intenção nesta reunião é ouvir sugestões, proposições a serem incorporadas no programa de saúde, e não discutir as premissas. Paula Cambraia relatou estar sem condições de fazer esta discussão, já que fez solicitação de retirada do ponto da pauta. Juliana Moreira, representante da Fundação Renova,

<p>Epidemiológicos e Toxicológicos; c. Subprograma 2: Apoio e Fortalecimento ao SUS; d. Subprograma 3: PMQACH</p>	<p>orientou a mesa a escutar, e levarão as questões internamente. Luiz Fernando esclareceu que, pelos fluxos estabelecidos, a FR deveria ter feito a proposição de escopo, mas devido a divergências foi determinado que a CT elaborasse uma proposta, a qual foi apresentada ao CIF em dezembro de 2021, a qual agora deve ser revisada, e se a construção for feita conjuntamente, pode ter resultados mais efetivos. Juliana Moreira pontuou que estão dispostos a fazer esse trabalho conjunto, mas antes precisam alinhar internamente. Paula Coimbra Cambraia relatou que a versão aprovada pela Deliberação 551 é inteiramente nova, não espelha o que foi tratado. O objetivo foi modificado, os indicadores são diferentes dos anteriores. Danilo Bento solicitou esclarecimentos sobre as divergências. Luiz Fernando relatou que em 2021 foram feitas reuniões com a Fundação Renova para proposição do escopo, houvessem dissensos. Paula Cambraia informou que ocorreram, à época, duas reuniões conjuntas, mas foram surpreendidos com a apresentação da proposta ao CIF, sem acordo entre as partes. Informou que o PMQACH não está mais no escopo do PG14. E para tratar dos outros subprogramas é necessário que tenham conhecimento da proposta com antecedência. Clara Diniz propôs que a Fundação Renova apresentasse os dissensos listados no incidente de divergência à Deliberação 551. Paula Coimbra Cambraia relatou que o incidente de divergência é documento público e que não se sentia confortável de apresentar um resumo desse incidente. Gostaria de ter acesso ao documento de revisão do escopo, preparado pela CT. Danilo Bento reforçou a necessidade de resgatar o diálogo entre as partes. Marilene Romão relatou que a Fundação Renova tinha conhecimento da versão encaminhada ao CIF, pois foi discutida em reunião, ainda que não se tenha chegado a um acordo sobre os dissensos, com os quais a versão foi enviada ao CIF. É necessário agora fazer a revisão anual do Programa, e o ideal seria o envio de um documento elaborado conjuntamente. Paula Cambraia mencionou o ofício 32/2021 da CT Saúde, enviado ao CIF, solicitando juntada dos documentos da discussão do item 2.1 da 57ª RO CIF, o que explicita que os indicadores sobre os estudos seriam discutidos posteriormente, ou seja, não estavam prontos, o que reforçou para a FR a impossibilidade de aprovação do escopo. Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde) perguntou sobre o PMQACH e Juliana Bedoya, representante da FR, informou que o monitoramento da qualidade da água é seu objetivo, e a expertise maior de fazer esse monitoramento é da equipe do monitoramento hídrico, e não das equipes da saúde. Avaliou que alocar o PMQACH no PG 38 garante maior controle de qualidade. Jaqueline Francischetti relatou que o CIF não considerou o PMQACH apenas como programa de monitoramento, alocou no PG38, o nomeou como projeto e disse que não importava que estivessem em um programa de monitoramento para as ações serem executadas. As ações que não puderem ser executadas dentro do PMQACH, onde serão, perguntou. Juliana Bedoya, (Fundação Renova) informou que este é um dissenso. A decisão será feita pelo juiz. Joice Lopes, comissão de atingidos de Aracruz relatou que a água tem sido fornecida com baixa qualidade. Questionou o monitoramento feito e perguntou pelas consequências na saúde das pessoas. Ivan Ferreira considerou que o monitoramento da água é ação da saúde. Monitoramento gera ação no território. Considerou que nem todo dissenso precisa ser encaminhado à justiça.</p>
--	--

Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova informou que o escopo do programa PG 14 está judicializado, com destaque para os pontos de divergência. Para Luiz Fernando o entendimento da FR é de que o monitoramento da água não abrange as ações de melhoria no sistema de tratamento / abastecimento de água, que se trata de ação de saúde, mas que não está no PG14. Juliana Bedoya (FR) considerou que as ações de melhoria no sistema de abastecimento são ações do escopo do PG32, monitorado pela CT SHQA. O PG 32 também está judicializado. Acrescentou que para se ter ações de saúde é necessário comprovar o nexo de causalidade com o rompimento da barragem, o que diz respeito a ações mitigatórias de saúde. Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde) relatou que a água sem tratamento apresenta manganês, alumínio, ferro. Há uma parcela de pessoas impactadas que é abastecida com sistema individual e não está sendo contemplada por nenhuma política. Juliana Bedoya considerou que a responsabilidade pelo fornecimento de água é do poder público. E essa água deve ser tratada e disponibilizada para a população. Coliforme fecal na água não é responsabilidade da Fundação. Jóeci Lopes relatou que a água disponibilizada para a população em Santana do Riacho apresenta todo tipo de metal, conforme constatado pelos laudos. Luiz Fernando perguntou se nos locais onde há alteração nos níveis de metais, podem ser incluídos nos programas da FR? Juliana Bedoya (FR) disse que os metais existem também na natureza, é necessário comprovar o nexo de causalidade. A água subterrânea não foi contaminada, então isso exclui os poços. Teo Pereira (CMS de Linhares) perguntou por que é distribuído água mineral em Degredo, se a água dos poços não está contaminada? Por que a USP forneceu laudo de contaminação das pessoas e pescados? Considerou que a FR precisa aceitar a contaminação. Micheline, representante do Conselho Municipal de Saúde Colatina/ES, considerou que o tratamento da água não retira os materiais pesados da água e os poços estão contaminados. Fernanda Gomide Viegas (Monitoramento Hídrico/Fundação Renova), relatou que existe integração entre o programa de melhorias do sistema de abastecimento e os dados gerais do PMQACH. Os dados levantados são repassados para a CT Saúde e para o PG32, os quais possuem acesso aos dados do PMQACH. Agnis Marciano de Souza (SMS/Linhares/ES), apontou que as toneladas de metal despejados são a prova do nexo causal. Os planos para fortalecimento do SUS foram descartados pela FR com a alegação de que o SUS já está suficiente. Considerou que a FR tem sempre se isentado de suas responsabilidades com jurismos. Simone Silva, Comissão de Atingidos de Barra Longa, considerou absurdo que os programas criados para resolução dos problemas, sejam usados para retirar direitos. Todos sabem que a água está contaminada, mas se isentam. O SUS não disponibiliza tratamentos para as pessoas contaminadas e as pessoas estão morrendo. Relatou que a filha está doente, o problema se agravando e não encontra tratamentos para ela. Apela para que a FR aponte soluções. Considerou que a empresa, reponsável pelo rompimento, é que deveria provar o nexo de causalidade. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova propôs repensar a organização das reuniões . Acrescentou que está aberta ao diálogo, mas é necessário ter conhecimento dos documentos para conversar. Micheline, CMS de Colatina/ES, perguntou se os funcionários da Fundação Renova consomem a água do

	<p>Rio Doce? Apontou falta de empatia e cooperação com os atingidos. Luiz Fernando se compromete a fazer discussões mais técnicas sobre o PG14, mas avaliou que todos esses afetos e queixas estão se acumulando há 7 anos, sem resolutividade dos problemas vivenciados nas comunidades. Considerou que a Fundação Renova precisa se preparar para lidar com essas queixas. Juliana Bedoya (FR) relatou que existe previsão para melhoria do sistema de abastecimento, construção de programas alternativos no PG 32, mas Luiz Fernando perguntou se há previsão de inclusão de outros, tais como SAC, SAAEs, que melhorariam o sistema, e só podem ser feitos a partir da realização de estudos que comprovem onexo. Considerou que, tão importante quanto monitorar a qualidade da água é ter ações que melhorem a qualidade da água e a vida da população. Esse onus não pode ser delegado ao poder público e à população. Juliana Bedoya informou que o monitoramento foi implantado por deliberação do CIF, mas a disponibilização de água potável para a população é responsabilidade do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde. Ivan Brum considerou que diante da seca natural, de fenômenos da natureza, o poder público é responsável pela disponibilização de água. As empresas, responsáveis pela contaminação, são também responsáveis pelo abastecimento de água em substituição à água contaminada pelo desastre de rompimento da barragem. Diante de manifestações da plenária, Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova, solicitou mais respeito dos participantes. Aline Azevedo, representante do Ministério da Saúde, considerou que há sete anos existe deboche e desrespeito com as pessoas atingidas. Sugeriu que a Fundação Renova faça uma minuta de revisão do PG 14 e apresente à CT para discussão, mantendo os fluxos. Paula Cambraia relatou que foi feita uma revisão no escopo aprovado. Luiz Fernando mencionou que os estudos de comprovação de nexo levariam anos para serem feitos. Sugeriu que a Fundação Renova apresente um modelo conceitual para apresentar na próxima reunião. A CT enviará a minuta de revisão do escopo para a Fundação para ser discutida na RO de dezembro. Marilene Romão, questionou a viabilidade de se fazer discussão entre partes, se os dissensos serão mantidos e o escopo está judicializado. Falta clareza até de sobre qual documento se deve trabalhar. Clara Diniz relatou que a proposta de revisão tentou ser fiel ao documento original. Houve falha na comunicação. A intenção era minimizar os dissensos incorporando no documento as expectativas da Fundação Renova. Paula Cambraia lembrou que há mais de um ano está aguardando o envio da proposta para os estudos, prevista na Deliberação 548. Juliana Bedoya informou que se algo for judicializado, mas se houver a concordância da ação e isto for informado ao juízo, pode haver a desistência da ação. Mas se as divergências não forem mudadas o escopo continuará judicializado.</p>
<p>Pronunciamento dos atingidos a) Fala livre dos atingidos</p>	<p>Sandra Gnochí (SMS e Comissão de atingidos de Aracruz/ES) relatou que chegou à reunião com a expectativa de que sairia com respostas para o território. No entanto, está saindo decepcionada, pois apesar do esforço de muitos, não viu resultados, propostas. Teo Pereira mencionou que está voltando sem nada para levar, pois a Fundação Renova não deu qualquer resposta positiva. Simone (São José do Goiabal) perguntou até quando se vai prolongar sem reparação. Jóeci Lopes relatou que os poços foram lacrados depois do rompimento, por</p>

contaminação. Acrescentou que se sentiu ofendida pela posição da Fundação Renova, asseverando que não há contaminação, contrariando laudos. Perguntou até quando essa posição de negação será aceita? Até quando tudo será judicializado e o poder judiciário vai fechar os olhos? Considerou que não há responsabilidade social para os territórios. Micheline descreveu o quadro de estrago no seu território, os soterramentos, o adoecimento das pessoas, a impossibilidade de pescar na lama do rio, o pescado de risco, a perda da renda com os pescados, e mencionou frustração diante da posição da Fundação Renova. Considerou que a gravidade do crime cometido pelas empresas não tem reparação. Paula Vieira, representante da Fundação Renova, reforçou a solicitação de que os documentos de referência das pautas sejam enviados com antecedência. Acrescentou que compreende a situação dos atingidos, e que gostaria que as decisões judiciais fossem dadas com mais agilidade. Está aguardando envio do documento para dar sequência aos trabalhos de forma mais técnica.

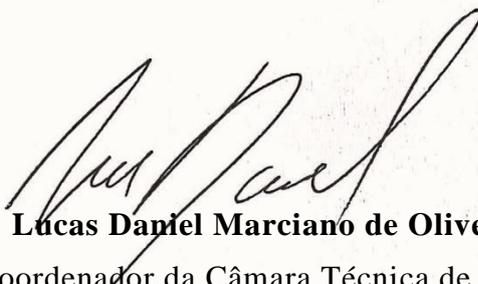
Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, agradeceu a presença de todos, todas e todes, se solidarizou com os atingidos e, às dezessete horas e vinte minutos, do dia primeiro do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três.



Clycia de Almeida Ferreira

Secretária executiva da Câmara Técnica de Saúde



Lucas Daniel Marciano de Oliveira

Coordenador da Câmara Técnica de Saúde